

A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DE ESTUDO E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXERA – INEP: ENTRE A PESQUISA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Marta Rochelly Ribeiro Gondinho
Universidade Federal do Piauí-UFPI

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre a trajetória do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, desde sua criação em 1937, quando atendia pela denominação de Instituto Nacional de Pedagogia, até os dias atuais. Assim, levantamento bibliográfico da história da educação no projeto republicano e sobre a trajetória dos 72 anos de existência do INEP como órgão oficial do Estado responsável pela pesquisa educacional. Ao final do trabalho obtivemos como elementos de reflexão que a educação se encontra como um processo social, político econômico atrelada a uma conjuntura que cria seus mecanismos de legitimidade, mecanismos estes que ideologicamente se estruturam e se organizam de tal forma que não só trazem as marcas desde contexto, como criam marcas no contexto. Por fim, percebemos que, no contexto mais atual, o referido órgão consegue ter maior expressividade no tocante à pesquisa educacional.

Palavras-chave: República. Pesquisa Educacional. INEP.

INTRODUÇÃO

A historiografia da educação brasileira tem sido objeto de uma instigante renovação e debates intensos. A esse privilegiado momento é válido acrescentar a riqueza plural de fontes e o trabalho minucioso do historiador da educação que incansavelmente bisbilhota arquivos, documentos, memórias e histórias de vida a fim de produzir um repertório para a História da Educação.

Amparados na necessidade de sistematizar as práticas de pesquisa em História da Educação a partir de um trabalho científico com natureza documental variada é que se fora motivada a pensar sobre a história da pesquisa educacional no Brasil.

Especificamente, reportando-nos ao início do século XX, teceremos um levantamento da trajetória do Instituto de Pesquisa Educacional - INEP, identificando a variedade de discursos, o impacto das ações no campo educacional e as implicações do contexto político nas deliberações do Instituto.

Desse modo, pensar a História da Educação é imaginar, olhar, buscar, ensaiar, compreender e criar. Ao fabricar diariamente o passado nos deparamos com

nossa potencialidade criadora, ficando então a cargo da história trilhar esse processo, pensar as trajetórias, refletir sobre as experiências e gestar a memória.

Para efeito de um processo histórico, incitar as marcas e a sinestesia do caminho é perceber uma multiplicidade de olhares, de leituras, de interpretações e de experiências que dividem simultaneamente o espaço do historiar.

Tratando-se da educação essas subjetividades se entrelaçam objetivamente, daí a preocupação de analisar o que se entende por pesquisa educacional em momentos temporais tão diversificados e também interrogar sobre o sentido da criação de um órgão nacional para organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas.

Esta pesquisa se debruçou sobre um estudo da trajetória do INEP, tendo como suporte metodológico um estudo bibliográfico centrado no diálogo com apontamentos e elucidações oriundos de pesquisas ao longo dos 72 (setenta e dois) anos, cronologicamente situados, do marco da criação do INEP aos dias atuais.

Este estudo contou com uma revisão de literatura amparada em pesquisas atuais e com estudo de fontes documentais oficiais alicerçados numa rigorosa base de estudos históricos da realidade educacional.

O início do século XX no Brasil é marcado por significativas transformações em todos os setores da vida nacional, desde a política ao campo educacional.

Garimpar estas transformações é suscitar o imaginário, uma vez que o início do século vive a efervescência de um contexto republicano. Neste imaginário, uma tessitura de questionamentos circula com múltiplas interpretações como: a pluralidade do ideário republicano, o deparar-se com legado político do desconhecido, o desejo pelo novo e apego ao antigo, as interfaces da mudança, as resistências, a proliferação dos ditos, a dinâmica dos novos ordenamentos, a inércia pelo desconhecimento e a indiferença entre outros significados atribuídos a nova ordem republicana.

Cenário estratégico pela leitura da relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade regidos por uma desenfreada mudança nas relações de produção da economia.

Da crise que se instalou no Brasil em meados do século XIX, uma leitura das marcas da política na vida social, vão demarcar uma produção de acontecimentos extremamente relevantes à nova lógica que ganha espaço para efetivação das mudanças na vida nacional. Neste momento, denominada de Primeira República (1889-1930) os

rearranjos apresentaram discursos de estabelecimento de uma nova lógica de trabalho, de relações sociais, de relações familiares, de produção econômica, de crescimento urbano, de mudanças de costumes, de estrutura social ordenada, da representação de evolução e progresso entre outras dinâmicas circulantes.

Essa dinâmica incorpora vozes que pela potencialidade histórica da criação logo se redesenham fazendo emergir novas manifestações. Novas mentalidades vão processualmente adentrando os modos de vida, concomitantemente um campo de idéias se alastra com interesses influenciados por doutrinas como o liberalismo, jacobinismo e positivismo. Cenário de confluências de estímulos múltiplos.

O interesse neste momento pelo enfoque educacional não se restringe a um frágil marco cronológico e sim, a efervescência de um discurso que idealiza a educação e instiga a sua ampliação, sobretudo na difusão da educação como salvação.

Ao enfatizar a educação como um campo privilegiado para as mudanças, o projeto republicano desperta olhares para a propagação da instrução. Temos então neste primeiro momento de construção do imaginário republicano uma sucessão de sentidos dado a educação que vão do descrédito ao entusiasmo e, do entusiasmo ao otimismo pedagógico.

O efervescer de um projeto republicano e de uma cultura nacional no Brasil suscitou a criação de novas modalidades da consciência nacional. No plano econômico, com o desenvolvimento do mercado interno, com a modificação estrutural pela modernização e com o progresso como fonte de desenvolvimento, teve-se uma definição contextual verificável no plano histórico e educacional que trouxe à tona o estabelecimento de relações pautadas em significativas indagações no qual:

As relações que a vigência de tal modelo manteve com o sistema educacional começam a delinear-se justamente no momento em que nos propomos questões como esta: - Que relações podem ter existido entre um sistema educacional, que se expandiu por pressões da demanda social, e um modelo de desenvolvimento econômico que foi impulsionado, igualmente por uma demanda interna? Ou, em outros termos, que conseqüências pode ter para a evolução do sistema educacional o fato de o progresso tecnológico não ser o fato dinâmico do desenvolvimento? (ROMANELLI, 1978, p. 55.)

Embasado nestas indagações, se estabelece a priori uma relação do desenvolvimento do mercado com o arranjo do sistema educacional republicano. O fato de o sistema educacional se organizar frente às demandas, já lança um leque de leituras

sobre a influência dos ditames do capitalismo e da recente industrialização na expansão do ensino.

Com isso:

Nossa evolução cultural não nos permite afirmar que a ausência da tradição da pesquisa em nossas escolas superiores tem suas origens no modelo econômico em questão. Todavia, ela nos demonstra que a escola brasileira evoluiu também em função dos papéis que reconhecia a economia. Pelo menos enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais. As relações entre o modelo econômico e o modelo educativo, nessa fase, não podiam ser medidas em termos de defasagem, porque então, a educação escolar carecia de função importante a desempenhar junto à economia. (ROMANELLI, 1978, p. 55)

No momento em que a economia necessita das funções escolares, uma nova roupagem e um novo significado são atribuídos ao modelo educativo. Com o reconhecimento da escola via fator econômico à evolução é uma constante.

No âmbito da natureza pedagógica, uma vez que a educação adquire um espaço no projeto republicano de desenvolvimento, as pesquisas educacionais serão entendidas como condição para construir o arcabouço do plano educacional que desde a sua gênese já se apresenta como uma estratégia intencional.

Ainda no âmbito pedagógico, o recorte temporal das décadas de 1920 e 1930 é o ponto que marca a chegada de correntes de pensamento que muito influenciaram o discurso educacional, especialmente as marcas deixadas pelo pragmatismo que tem como expoente John Dewey, cenário de proliferação do ideário escolanovista.

É neste cenário de múltiplas efervescências e reformas que em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde, seguindo em 1937 da criação do INEP, constituindo assim, um palco de inúmeras expectativas e de inúmeras problemáticas.

1 DO INSTITUTO NACIONAL DE PEDAGOGIA AO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS: O ESTADO E AS MAZELAS DO DISCURSO EDUCACIONAL

A política nacional de educação nas décadas de 1920 e 1930 é motivo de preocupação por parte de grandes estudiosos e educadores brasileiros que em contextos de reforma registram em forma de manifestos um esboço sistemático de organização do campo educacional.

Fazendo parte da sistematização das políticas educacionais em 1937, através do suporte legal foi criado o INEP que atendia a priori por Instituto Nacional de Pedagogia, essa denominação dura pouco, visto que em 1938 através de um Decreto-Lei (nº 580) o instituto tem sua denominação alterada para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos sob direção-geral de Lourenço Filho, teria a incumbência de organização da documentação relativa a história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas mantendo intercâmbio com as instituições nacionais e estrangeiras, promovendo inquéritos e pesquisas, prestando assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando mediante consulta ou independente dela, esclarecimento e soluções sobre problemas pedagógicos com a incumbência também de divulgar seus trabalhos e participar da seleção e orientação profissional dos funcionários públicos da união.

Pela descrição acima, observa-se o respaldo legal e a constituição de uma competência científica nomeada ao INEP enquanto órgão estatal. O campo delegado ao INEP é constituído de relações políticas norteadas por uma ideologia educacional, ideologia esta atrelada ao corpus estatal durante a sua trajetória existencial.

Quando se legitima a competência inerente às atividades de promoção de inquéritos e pesquisas, logo se faz notória a constituição do campo enquanto lugar de luta política que tenderá a apoiar-se sob a lógica vigente do poder estatal.

A criação do INEP, em 1930, marca o processo de expansão da pesquisa educacional no Brasil, enfocando a relação da pesquisa com os problemas de ensino. Em meados dos anos de 1950, o crescimento do órgão já se fazia notório passando então a contar com cinco centros regionais de pesquisa no intuito de promover pesquisas sobre as condições culturais e escolares e sobre as tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira, gradualmente se alicerçava as políticas educacionais do país.

Com a introdução das inovações pedagógicas as questões educacionais amparam-se na racionalização e na administração pública no intuito de propiciar a educação brasileira uma relativa autonomia e caráter científico. Observa-se neste

momento, a intenção do Estado ao instituir a pesquisa como fonte de norteamo para a administração, organização e estruturação da educação enquanto sistema.

Ao estabelecer, via legal, a competência da pesquisa educacional ao INEP, o Estado se apropria de um canal que será responsável pelo monitoramento documental de dados e pela propagação de ideologias no tocante as teorias educacionais em voga. Diante deste monopólio, o INEP produzirá junto à realidade escolar os dados catalogados e assentados em interesses político-educacionais, determinando métodos, estratégias e políticas.

O INEP, na história das políticas educacionais pós-30, é o primeiro órgão nacional com trajetória que perpassa uma variedade de roupagens políticas e administrativas. Ao longo desta trajetória a marca desta instituição está em produzir fonte primária de documentação e investigação através de intercâmbio e assistência técnica.

As estratégias e os dados formulados e coletados pela mediação do INEP são analisados em decorrência de um referencial teórico-educacional que continua até hoje sendo produto de uma concepção intencional e não ingênua da realidade. Tais concepções sob o aparato do Estado induz a uma adequação as exigências sociais.

Entendendo a política educacional como a ação estatal tem-se que

Essa política abrange as atividades educacionais tanto da sociedade política como da civil. Sendo a sociedade política o lugar do direito e da vigilância institucionalizada, será ela encarregada de formular a legislação educacional, de impô-la e fiscalizá-la. Ao fazê-lo ela absorve a concepção de mundo da classe dominante, a interpreta e a traduz para uma linguagem adequada, para que seja legalmente sancionada. (FREITAG, 2007, p.73)

Embora o Instituto seja fruto dos ideais do movimento de modernização, com métodos científicos pensados pelos pioneiros da educação, uma vez o INEP estando atrelada a ação estatal, o Estado como citamos acima tratará de criar uma vigilância institucionalizada, interpretando e traduzindo por esta ação a sua concepção dominante, fazendo assim uso dos mecanismos legitimados para tal.

É pautada nesta construção de uma nova política educacional, que conta com mecanismos de bases científicas, que se começa a instituir o espaço da pesquisa

educacional que já nasce sob o palco do dilema das sutilezas do Estado. A educação neste contexto, já se constitui como uma valiosa engrenagem do projeto republicano.

O reconhecimento do INEP enquanto marco da pesquisa educacional brasileira é notório, pois, sua fundação encontra-se no campo pioneiro de pesquisas educacionais dadas a disseminação de idéias e divulgação de princípios da Escola Nova. Este momento representou para as políticas educacionais um balizador de mudanças da realidade educacional.

A pesquisa do educacional neste contexto é uma forte aliada do Estado, uma vez que seu campo de ação é direcionado por paradigmas que fundamentam o pensamento educacional brasileiro.

No final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, já se observa a proliferação ideológica via canal das pesquisas e intervenções educacionais. O INEP conduziu os olhares para temas de estudos do desenvolvimento psicológico, procedimento de ensino e instrumento de medida da aprendizagem. Um destaque quanto à atuação deste órgão é que ele tem como canal de multiplicação os próprios instrumentais que são materializados pelo Estado.

Especificamente, no ano de 1944, a fim de legitimar a repercussão do INEP e divulgar seus trabalhos é instrumentalizada e materializada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, o maior objetivo da revista era a produção de informações educacionais que estivessem em consonância com as idéias em voga no país. A RBEP era o maior veículo de comunicação do órgão com o contexto educacional.

A RBEP, enquanto impresso pedagógico edificava discursos e contribuía diretamente para o processo de subjetivação do leitor, por trás de cada periódico encontravam-se nas entrelinhas as marcas de um fazer pedagógico e de um disciplinamento metodológico das concepções de educação ali descritas.

Estes impressos são até hoje veículos de socialização e comunicação da autarquia com a realidade escolar.

No germinar dos discursos como efeitos de verdade é que se parte da idéia de que o impresso é uma forma de comunicação com *Know-how* que se torna uma possibilidade de atuação sobre as pessoas. Portanto,

Com Foucault (1993) aprendemos que são as práticas atravessadas por relações de poder que favorecem certos discursos, permitindo a

emergência de determinados temas e não de outros. O não-discursivo- como por exemplo o contexto político ou as instituições- engendra o campo do saber a partir do qual os sujeitos que falam recortam os objetos, elaboram conceitos ou selecionam estratégias. (FISCHER, 2005, p. 325)

A RBEP, na condição de um impresso estatal é atravessada por relações de poder e esta condição é observada pelo próprio objetivo do impresso que estava focado na incumbência de divulgação dos trabalhos do INEP.

Nos anos de 1950, com a expansão da escola pública, entram em cena os dilemas da formação com o enfrentamento da democratização. Enquanto isso, no INEP:

Em 1952, assumiu a direção do Instituto o professor Anísio Teixeira, que passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. Seu objetivo era estabelecer centros de pesquisa como um meio de fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil. A idéia concretizou-se com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) com sede no rio de Janeiro e dos centros regionais, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tanto o CBPE como os centros regionais estavam vinculados a nova estrutura do INEP. (BRASIL, 2009)

Sob a direção de Anísio Teixeira, o INEP se expande ainda mais, sempre reafirmando a pesquisa enquanto meio de reconstrução da educação brasileira. A defesa da educação no ideário formativo era pautada no discurso de que a experiência democrática só estará concretizada quando além de um sistema de educação, se tiverem organizado um sistema de pesquisa e um sistema de difusão do conhecimento. Para Anísio Teixeira, a pesquisa educacional tinha por grande mérito a finalidade de esclarecimento público dos problemas brasileiros e de suas possíveis soluções.

As pesquisas neste contexto são incentivadas não só por órgãos federais voltados a política desenvolvimentista, mas também, por fontes externas de financiamento e por estratégias das políticas internacionais. É válido ressaltar que em 1955, o INEP publicou o primeiro livro brasileiro sobre currículo- Introdução ao estudo da escola primária de João Roberto Moreira.

Sem muita evidência na década de 1960, o período relativo a ditadura militar fora também um período de pouca importância dada ao INEP, a inoperância fez com que nesse período as discussões sobre pesquisas fossem recolhidas insignificadamente a fim de que se tornasse inviável a produção e a análise de dados sobre a realidade escolar.

Em 1961, quando da publicação da Lei nº 4024/61, a lei já se encontrava ultrapassada, visto que o percurso do projeto foi longo e tumultuado e estendeu-se até 1961. Para tanto, fora feito um anteprojeto baseado em um trabalho sobre a orientação de Lourenço Filho.

Com o golpe civil-militar de 1964, as medidas reformadoras discutidas durante o período do governo Jânio Quadros foram então modificadas para que atendessem à política educacional do regime autoritário. Alicerçada ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional, no plano educacional o governo autoritário vai adotar os princípios da Teoria do Capital Humano. O discurso que defendia a necessidade da democratização do ensino, característico do período pré-1964, dá lugar ao da urgência da modernização da educação, tornando-a um instrumento no processo de desenvolvimento nacional. Neste contexto o INEP praticamente fica inoperante, uma vez que em tempos de ditadura militar as pesquisas educacionais não precisariam ter autonomia e tão pouco incitar tomadas de decisões.

Na condição de órgão autônomo, em meados dos anos de 1970, o INEP assume nova denominação, atendendo então por Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, centrado sob a ótica de um grande objetivo: realizar um levantamento da situação educacional do país.

2 O INEP E AS POLITICAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1990

Ao final da década de 1980 efervescia no Brasil ideários democráticos que instigavam uma releitura do papel do Estado .Com a Constituição Federal de 1988 ,com a mobilização dos movimentos sociais ,com a sociedade civil se reestabelecendo emerge um movimento de reconstrução educacional que colocou em foco a relevância da educação frente aos problemas nacionais .O INEP , passa por um novo desenho, retomando a função de assessoramento do Ministério da Educação.

Passando por um processo de reestruturação ,apostava-se que as informações educacionais pudessem orientar a formulação de políticas do Ministério da Educação:

O primeiro passo se deu com a incorporação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Sec), em 1996, à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação. O Sec, criado em 1937, era um órgão do Poder Executivo, com longa tradição na realização de levantamentos estatísticos na educação brasileira. Em

1997, a Sediæ é integrada à estrutura do Inep, passando a existir, a partir desta data, um único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal. Nesse mesmo ano, o Inep foi transformado em autarquia federal. (BRASIL,2009)

Nesta lógica a escola é locus privilegiado para a reconstrução, assim sendo as pesquisas que aproximariam as políticas educacionais das realidades locais, precisariam definitivamente do reconhecimento público a fim de existir uma eficiente comunicação entre as realidades que culminariam posteriormente em políticas públicas de intervenção.

Legalmente embasando:

Com base na Portaria nº. 2.255, de 25 de agosto de 2003, Art. 1, O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, é transformado em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº. 9.448, de 14 de março de 1997, alterada pela Lei nº. 10.269, de 29 de agosto de 2001, tem por **finalidades:**

I - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;

II - planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;

III - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;

IV - desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;

V - subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;

VI - coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;

VII - definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;

VIII - promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior; e

IX - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral. (BRASIL,2009)

Adentrando um novo século o INEP ,assume no cenário educacional brasileiro,conforme vimos nas atribuições legais, acima citadas, uma autonomia no campo das pesquisas educacionais.Na atualidade observa-se também, pela propriedade de vivência no tempo presente, que o sustentáculo de um órgão desta natureza ainda se faz atrelada ao contexto das políticas e a dinâmica dos ordenamentos de mercado.

Ao direcionar mecanismos de pesquisas que são legitimados por políticas internacionais,ao desconsiderar a pluralidade sócio-econômica ,ao incitar a competitividade típico de contextos neoliberais e ao hierarquizar os mecanismos de intervenção,o INEP,demonstra a permanência dos elos que o aproximaram da política e do mercado desde seus primórdios ,desde a sua tímida aparição até sua legitimação na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a trajetória do INEP é sempre um bisbilhotar da história,um paralelo que se traça entre os discursos oficiais e as evidencias de leituras das entrelinhas .É válido ressaltar ao tecer reflexões finais que em se tratando de educação no Brasil o caminho é observar a teia de relações que são estabelecidas intrinsecamente desde os bastidores do legal ao plurais desdobramentos do real.Este estudo considera a relevância do INEP enquanto propulsor de pesquisas e é exatamente por compreender a importância deste que nos debruçamos por uma análise crítica .

Ao longo de aproximadamente oito décadas ,percebe-se que a política educacional brasileira tem passado por significativas transformações alcançadas em pouco tempo ,uma vez que dentro desta trajetória temos períodos cabiciosos como a Ditadura do Estado Novo e longos anos de Ditadura Militar .Especificamente no pós-1990 teremos a efervescência de um novo legado pra educação como um direito público e subjetivo , que sustentam o caráter inclusivo e democrático do processo educacional.

Ainda se tem muito o que discutir , o que se analisar e dialogar no produtivo campo das pesquisas em educação .A opção por estudar as relações de poder e as artimanhas do ideário republicano entrelaçados pelo discurso educacional é uma entre as múltiplas possibilidades de olhares que podem ser direcionados a

educação.Desnaturalizá-las e analisá-las criticamente é um artifício do historiador ,que sedento por descobertas nos instigam a um olhar bem mais apurado,um olhar que é aperfeiçoado para observar os bastidores que oficializam os ditos e sistematizam os vividos.

Conclui-se este estudo que desdobrou-se empiricamente sobre uma análise de cunho bibliográfico ,chamando atenção para a riqueza de estudar as relações que se estabelecem do prescrito ao real,considerando as marcas sociais ,culturais ,políticas e econômicas que se confirmam como a égide do discurso educacional no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. 3^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL, Secretaria Geral de Estado da Educação e Saúde Pública. **Resumo da Estatística Geral do Ensino no Brasil em 1931**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

CARONE, Edgard. A Primeira República (1889-1930). 3^a Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FISCHER,B.A professora primária nos impressos pedagógicos.IN:STEPHANOU,M.Histórias e memórias da educação no Brasil,vol.III século XX.Petropolis,RJ:Vozes,2005.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Centauro, 2007.

_____, **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

INEP **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**[Disponível em <http://www.inep.gov.br> acesso em 03/09/2009]

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1986.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo; EPU, 1974.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil. Petropolis-RJ, Vozes, 1978.

VIEIRA, Edvaldo. Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano IV (12) set/1982.